

SOMOS



JOURNAL INSTITUCIONAL EDIÇÃO 01



Amazônia viva, humanidade segura



Foto: COIAB - BRASIL

**Journal institucional “SOMOS COICA”
Edição 01**

Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)

Coordenação Geral da COICA: José Gregorio Díaz Mirabal

Conselho Diretor COICA – CCC

Conselho de Coordenação da COICA – CDC

Comitê editorial:

José Gregorio Díaz Mirabal

Tuntiak Katan

Zack Romo

Patricia Camacho

Nadino Calapucha

Alejandra Tapia

Coordenação editorial: Jessika García

Desenho e diagramação: Juan Casco

Agradecimentos especiais:

Antonio Nobre

Jackeline Borjas

Tradução: Kátia Silveira Salgado

Fotografias:

Comunicação COICA

Comunicação AIDESEP - Peru

Comunicação COIAB - Brasil

Julio - 2021

Endereço: Calle Sevilla N24-358 y Guipuzcoa, La Floresta

Caixa Postal: 17-21-753

Telefone: (+593) 2 322 6744

E-mail: coica@coicamazonia.org

Site: www.coicamazonia.org

Quito – Equador



Editorial	pág. 02
Somos COICA	pág. 04
● Quem somos	pág. 05
● Resenha histórica	pág. 12
● A palavra é sagrada	pág. 15
SABERES QUE NOS FORTALECEN	pág. 16
● Tambores da Selva	pág. 18
● Sementes de Abundância	pág. 23
AMAZONÍA EN EMERGENCIA	pág. 28
Emergência sanitária: Pandemia do Covid-19	pág. 30
Como nós, da COICA, respondemos?	pág. 33
● Boletim Impacto do Covid-19 em Povos Indígenas da Amazônia	pág. 33
● Fundo de emergência para a Amazônia	pág. 35
● Comunidades indígenas em ação	pág. 37
Emergência climática: Amazônia em um ponto sem volta	pág. 38
● Declaração de emergência	pág. 38
● Entrevista com Antonio Nobre	pág. 40
Emergência de direitos humanos: Sangue na selva	pág. 42
● Programa de defesa de defensores e defensoras	pág. 44
● Acordo de Escazú	pág. 46
PORTA-VOZ INTERNACIONAL	pág. 48
● O Grito da Selva	pág. 49
● 20ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas	pág. 52
NOSSOS DESAFIOS	pág. 56
● Sistema de Alertas Precoces	pág. 57
● Nossas Futuras Florestas - Amazônia Verde	pág. 60
● Língua Materna: em face do Decênio das Línguas Indígenas	pág. 62

COICA

A luta pela defesa e pela proteção da Amazônia

Durante 37 anos, construímos a luta pela defesa da mãe selva amazônica. Caminhamos juntos, guiados pelos princípios de nossos povos: unidade, reciprocidade, complementariedade, minga para governança e para defesa territorial, herança de nossos ancestrais.

Lutamos contra o extrativismo, contra o extermínio de nossos povos, contra as pandemias deste e de outros tempos, desde que a voracidade do interesse desmedido pelo capital quebrou a relação harmônica entre a natureza e os seres humanos.

Na atualidade, apesar de ocuparmos e protegermos grandes áreas de terra do planeta e de que cientificamente está demonstrado que somos os melhores gestores da natureza, continuamos ouvindo declarações, planos, financiamentos e promessas que não são cumpridas e que ignoram nosso papel transcendental para proteger a vida no planeta. A devastação em nossos territórios persiste e os recursos dificilmente chegam aos povos indígenas.

Nesse contexto, cientes do enorme desafio que representa guiar os processos de luta como organização indígena de convergência internacional, em 2019, por mandato de nossas bases, assumimos a condução da COICA. Junto com aliados e acompanhamento de nossas organizações membros nos nove países, trabalhamos arduamente e esgotamos nossos esforços, principalmente para enfrentar a difícil realidade diante a pandemia.



Criamos o Fundo de Emergência para a Amazônia como um mecanismo de apoio às comunidades mais vulneráveis afetadas pela Covid-19. Articulamos iniciativas e ações com mulheres e jovens nos territórios e priorizamos o trabalho administrativo e técnico, entendendo que o fortalecimento institucional é chave para a consecução de nossos objetivos. Nossa organização se constrói firme com a participação ativa de todos e todas.

Hoje, nosso grito da selva retumba com mais força no planeta, mostrando ao mundo que nós, os povos e nacionalidades, continuamos lutando e resistindo sem medo, construindo com nossas vozes e ações um planeta que garanta a vida para as atuais e futuras gerações.

Fazemos um chamado à humanidade para que acorde e conecte-se com a mãe natureza e entre nós! Todos podemos agir e parar com a extinção da vida. Nós, os povos indígenas da Amazônia, estamos esperando por vocês. Sem a Amazônia, não há futuro possível!

José Gregorio Díaz Mirabal
COORDENADOR GERAL DA COICA



Editorial

SOMOS COICA é a primeira revista institucional da atual gestão, através da qual queremos informar o agir de nossa organização, visibilizar as realidades que nós, os povos indígenas da bacia amazônica, enfrentamos e evidenciar a importância da Amazônia para a região e para o mundo.

Ao cumprir 37 anos de vida institucional, apresentamos a primeira edição do boletim, que recopila nossas ações (até maio de 2021), com os principais avanços e desafios de nosso trabalho, a fim de prestar contas a nossas bases e aliados e também prover um instrumento de consulta em permanente atualização, que possa contribuir para compreender a dimensão que, como bacia amazônica, nos constrói a partir de diversas realidades.

O documento começa descrevendo nossos passos através da história para a consolidação de nossa vida organizativa, propondo os objetivos para o cumprimento de nossa missão na defesa dos direitos dos povos indígenas e dos territórios a partir de uma cosmovisão própria e de sonhos coletivos.

Detalham-se, também, os processos de formação dirigidos às juventudes e às mulheres indígenas da bacia amazônica, executados com o fim de fortalecer a participação e o envolvimento dos povos indígenas na tomada de decisões e a gestão de políticas públicas como criadoras de soluções para a construção de uma sociedade intercultural, mais equitativa e plena.

Amazônia em Emergência é a seção que representa a voz dos povos que reclamam seus direitos, mas que também apresentam alternativas perante a difícil realidade na Amazônia, evidenciada em três problemáticas fundamentais: a pandemia da Covid-19, a crise climática e a violação de direitos humanos de defensores e defensoras indígenas. Além disso, nesta seção contamos com a colaboração especial de Antonio Nobre, reconhecido cientista e ativista da Amazônia, que através de uma entrevista sustenta a importância dos povos indígenas e a necessidade de ações urgentes ao nos encontrarmos em uma “Amazônia em um ponto sem volta”.

Finalmente, abordam-se os desafios que temos como organização indígena internacional na implementação de iniciativas e programas e na consolidação de uma voz internacional a partir dos próprios territórios, ações levadas a cabo com o apoio de aliados e alianças estratégicas regionais e globais, com a visão de proteger e garantir o exercício pleno dos direitos dos povos indígenas e a proteção da Amazônia.

Convidamos a que percorram estas páginas, reflitam sobre o destino de nosso planeta e somem-se à luta de uma Amazônia Viva, para uma Humanidade Segura.



**SOMOS
COICA**



Quem Somos

Somos a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, uma organização indígena de convergência internacional que atua em representação de 511 Povos Indígenas, dos quais, aproximadamente, 66 são Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial (PIACI, sigla em espanhol), articulados através de organizações de base político-organizativa e presentes nos nove países amazônicos:



AIDSEP (Perú): Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana.



COIAB (Brasil): Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.



ORPIA (Venezuela): Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas



CIDOB (Bolívia): Confederação de Povos Indígenas da Bolívia.



CONFENIAE (Equador): Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana.



APA (Guiana): Associação dos Povos Ameríndios da Guiana.



OPIAC (Colômbia): Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana.



OIS (Suriname): Organizações Indígenas do Suriname.



FOAG (Guiana Francesa): Federação das Organizações Autóctones da Guiana Francesa.

Como povos indígenas amazônicos, nossos esforços se orientam à promoção, à proteção e à segurança de nossos territórios, através de nossas formas de vida, de princípios e de valores sociais, espirituais e culturais.

Sob o lema “Amazônia Viva, Humanidade Segura”, nossa preexistência se enquadra na defesa da vida e da Amazônia para continuar como semente na terra e conservar a mãe natureza, para um planeta vivo que assegure a continuidade de nossas gerações presentes e futuras.

A Bacia Amazônica

A Amazônia é a zona mais biodiversa do mundo, na qual habitam mais de 511 povos* indígenas

**66 dos quais são povos em isolamento voluntário e contato inicial.*



Missão

Gerar políticas, propostas e ações a nível local, nacional e internacional, a partir dos povos, nacionalidades e organizações indígenas amazônicas, com autonomia, soberania, capacidades fortalecidas e sustentabilidade financeira, para um desenvolvimento equitativo e diferenciado da Amazônia, potenciando a capacidade de incidência dos povos indígenas e fortalecendo as alianças estratégicas.

Visão

A COICA coordena os esforços e ideais das nacionalidades, povos e organizações indígenas da bacia amazônica para promover, defender e exercer os direitos dos povos indígenas e dos territórios (à vida, à terra, à saúde, ambientais, culturais, coletivos, das mulheres, entre outros), como parte integral da natureza e do universo.

Nossos objetivos são:

- Promover, desenvolver e impulsionar os mecanismos necessários para a interação dos povos e das organizações indígenas membros da COICA.
- Defender as reivindicações territoriais, a autodeterminação dos Povos Indígenas e o respeito aos direitos humanos de seus integrantes.
- Coordenar com as organizações membros, perante as diversas instâncias intergovernamentais e organizações não governamentais de nível internacional, as diferentes ações dentro da bacia amazônica.
- Fortalecer a unidade e a colaboração mútua entre todos os povos indígenas da região.
- Promover a revalorização e a reivindicação cultural de seus membros.

A autodeterminação e o aumento das capacidades para o manejo e a gestão territorial das bases da COICA são pontos muito importantes na agenda indígena amazônica.



Nosso trabalho está guiado por princípios estruturados e aprovados pelas bases nacionais representadas pelo Congresso, o organismo que constitui a máxima autoridade da COICA. A atual gestão se enquadra no último mandato gerado no X Congresso Geral da COICA realizado em Macapá – Brasil, de 19 a 20 de julho de 2018, o qual estabelece as seguintes prioridades estratégicas para 2018-2022:



- Fortalecimento Institucional, Organizativo e Administrativo.
- Fortalecimento de Incidência e de Relações Internacionais.
- Fortalecimento da Comunicação e dos Idiomas.
- Fortalecimento das Mulheres e da Juventude Indígena Amazônica
- Titulação de Terras, Saneamento, Demarcação e Governança de Territórios Indígenas.
- Seguimento de processos PSA/REDD+/RIA e participação indígena, Monitoramento, Relato e Verificação Indígena – MRV-i, Alerta Climático Indígena e monitoramento climático indígena.
- Direitos Humanos e Defesa dos Defensores da Floresta.
- Povos Indígenas em Isolamento Voluntário.
- Fortalecimento da Saúde Intercultural dos Povos Indígenas Amazônicos.
- Educação Intercultural Bilíngue – EIB/Educação Acadêmica Científica, Conhecimentos e Saberes Ancestrais.
- Economia Indígena Amazônica.
- Fundo para a Amazônia e Plataforma Indígena para a Vida Plena.

Estrutura Organizativa

Organicamente, a COICA está estruturada por:

- Conselho Diretivo da COICA – CDC
- Conselho de Coordenação da COICA – CCC

Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo da COICA está composto por nove coordenações cujas responsabilidades são liderar e empreender ações conforme as prioridades estratégicas e da Agenda Política.



**José
Gregorio
Díaz
Mirabal**

Coordenador
Geral

ORPIA
Venezuela



**Tuntiak
Katan
Jua**

Vice
coordenador

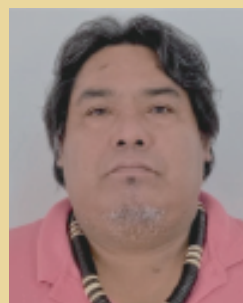
CONFENIAE
Equador



**Adolfo
Chávez
Beyuma**

Coordenador
de Relações
Internacionais
e Cooperação

CIDOB
Bolivia



**Elcio
Da Silva
Machineri**

Coordenador
de Terriórios e
Recursos Naturais

COIAB
Brasil



**Harol
Rincón
Ipuchima**

Coordenador de
Mudança Climática
e Biodiversidade

OPIAC
Colômbia



**Tabea
Casique
Coronado**

Coordenadora
de Educação,
Ciência e Tecnologia

AIDSESP
Perú



**Irvin
Ristie**

Coordenador
de Comunicação
e Saúde

OIS
Suriname



**Claudette
Labonte**

Coordenadora
de Mulher e Família

FOAG
Guiana Francesa



**Michael
McGarrell**

Coordenador
de Políticas e
Direitos Humanos

APA
Guiana

Conselho de Coordenação

O Conselho de Coordenação da COICA está integrado pelos presidentes ou coordenadores das nove organizações nacionais de base: COIAB (Brasil), OPIAC (Colômbia), CONFENIAE (Equador), ORPIA (Venezuela), AIDSESEP (Peru), CIDOB (Bolívia), FOAG (Guiana Francesa), APA (Guiana), OIS (Suriname). Seu papel é a tomada de decisões, apoio e o seguimento às ações executadas pelo Conselho Diretor.



**Lizardo
Cauper**

Presidente
da AIDSESEP
Peru



**Thomas
Lemmel**

Presidente
da APA
Guiana



**Tomas
Candia**

Presidente
da CIDOB
Bolívia



**Nara
Baré**

Coordenadora
da COIAB
Brasil



**Marlon
Vargas**

Presidente
da CONFENIAE
Equador



**Claudette
Labonte**

Representante
da FOAG
Guiana Francesa



**Sirito
Yana
Aloema**

Presidente
da OIS
Surinam



**Julio
César
López**

Coordenador
da OPIAC
Colômbia



**Eligio
Da Costa**

Presidente
da ORPIA
Venezuela

**AMAZÔNIA VIVA,
HUMANIDADE SEGURA.**



**COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS DA BACIA AMAZÔNICA**

Resenha Histórica

O caminhar da COICA é como a própria cosmovisão dos povos indígenas: espiral, integral e baseada na acumulação dos conhecimentos e das sabedorias que nos transmitiram os pais de nossos pais e que nós passaremos a nossos filhos.

Os acontecimentos e situações que viveram nossos povos no contato com os conquistadores, com o avanço da invasão da Amazônia, as consequências dos impactos e das ameaças a nossas vidas e à espiritualidade, o saqueio indiscriminado e a perda de nossos territórios forjaram nossas lutas, consolidando o movimento indígena em cada um dos países da bacia amazônica.

Desta forma, na cidade de Lima – Peru, em 14 de março de 1984, realiza-se o I Congresso das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, com a presença de representantes da AIDSESEP, CONFENIAE, CIDOB, Organização Nacional Indígena de Colômbia (ONIC) e União das Nações Indígenas (UNI) – Brasil, culminando na criação da COICA.



LINHA DE TEMPO

1984 Lima - Peru

I Congresso das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

Criação da COICA

Organizações fundadoras: AIDSEP, CONFENIAE, CIDOB, ONIC e UNI.

1992 Manaus - Brasil

IV Congresso da COICA

Integram-se: CONIVE, OIS, APA, FOAG e COLAB substituindo a UNI.

1993

Mudança de sede da COICA de Lima para Quito.

1995

A OPIAC substitui a ONIC.

Muda-se a figura do Presidente pela de Coordenador Geral.

2005

A ORPIA substitui a CONIVE.

2018 Macapá - Brasil

IV Cúpula Amazônica e X Congresso da COICA.

2021

37 anos de vida organizativa

O II e o III Congresso das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica foram espaços de consolidação organizativa, institucional e política e, em 1992, durante o IV Congresso realizado em Manaus – Brasil, define-se a afiliação das seguintes organizações: Conselho Nacional Índio da Venezuela (CONIVE), OIS, APA, FOAG e a COIAB substituindo a UNI.

Posteriormente, em 1995, a OPIAC substituiu a ONIC. Também, no mesmo Congresso, substitui-se a figura de Presidente pela de Coordenador Geral.

Em 2005, a ORPIA substitui a CONIVE.

Lima – Peru foi a cidade sede da COICA desde 1984 até 1992 e, em 1993, mudou-se para a cidade de Quito – Equador, onde tem domicílio permanente.

Com 37 anos de vida organizativa, de luta e de resistência, somos a maior organização indígena do mundo, que integra as organizações indígenas dos nove países amazônicos, focados na defesa da vida e da Amazônia como território livre e de paz, afirmando sua determinação em seguir adiante como semente na terra.

Sete líderes de diferentes países da Amazônia construíram a vida organizativa da COICA, nossa história e o que somos hoje

PERÍODO
1984 – 1992



**Evaristo
Nunkuag
Ikanan**

Povo Awajún
AIDSEP – Perú

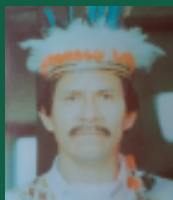
PERÍODO
2001-2005



**Sebastiao
Haji A. R.
Manchineri**

Povo Yine (Manchineri)
COIAB – Brasil

PERÍODO
1992-1996



**Valerio
Grefa
Uquiña**

Nacionalidade Kichwa
CONFENIAE – Equador

PERÍODO
2005-2009



**Egberto
Tabo
Chipunavi**

Povo Cabineño
CIDOB – Bolívia

PERÍODO
1996-2001



**Antonio
Jacanamiyoy
Tisoy +**

Povo Inga
OPIAC – Colômbia

PERÍODO
2009-2018



**Edwin
Vásquez
Campos**

Povo Witoto Murui
AIDSEP – Peru

PERÍODO
2018-2022



COORDENAÇÃO ATUAL

**José Gregorio
Díaz Mirabal**

Povo Wakuenai – Kurripaco
ORPIA – Venezuela

José Gregorio Díaz Mirabal, originário da comunidade Guarinuma da Amazônia venezuelana, é um líder histórico do povo indígena Wakuenai – Kurripaco. Desde muito jovem, lutou pela defesa da Amazônia e de seus povos indígenas.

Foi eleito Coordenador Geral das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica para o período 2018 – 2022 no X Congresso da COICA, celebrado em Macapá, Brasil.

Foi representante perante o Sínodo Amazônico em Roma e na Conferência da Mudança Climática em Madrid. Atualmente, é porta-voz perante o Painel Científico pela Amazônia.



A PALAVRA É SAGRADA

Nós, os povos indígenas, convivemos nestes territórios há milhares de anos. Desenvolvemos ciência, conhecimentos e saberes que foram transmitidos de geração em geração de maneira prática e oral. Por séculos, em nossa cosmovisão, a PALAVRA é sagrada e, consequentemente, respeitada.

Para liderar um povo, deve-se cumprir de maneira estrita o mandato definido por seus habitantes. Liderar escutando e obedecendo o povo é fundamental para garantir a vida plena. Sob estes princípios, a atual gestão do Conselho Diretor e do Conselho de Coordenação da COICA caminha com a orientação de três guias importantes:

- **Estatuto Orgânico da COICA**, codificado com reformas em outubro de 2016, em Lima - Peru.
- **Mandato de Macapá**, definido na IV Cúpula Amazônica realizada em junho de 2018, em Macapá - Brasil.
- **Agenda Indígena Amazônica – AIA**, documento que organiza os lineamentos políticos em torno de seis eixos baseados nos princípios fundamentais dos povos indígenas.

Esses documentos recopila sentimentos, realidades, sonhos e demandas que se constituem na PALAVRA dos povos indígenas da bacia amazônica e guiam o acionar da COICA.

Como todos sabemos, a crise sanitária global por causa do Covid-19 limitou o cumprimento de muitas agendas. Contudo, embora tenha sido um desafio, essa situação nos permitiu dar um salto tecnológico e, respondendo às emergências presentes nos territórios, mantivemo-nos convocados permanentemente através de reuniões extraordinárias de nosso CCC e CDC. Desde o início da gestão, em abril de 2021, registrou-se a reunião n.º 47, representando um grande avanço político, administrativo e de incidência internacional e territorial, considerando que antes havia, no máximo, duas reuniões por ano. Isso nos permitiu tomar grandes decisões de maneira consensual, coletiva e respeitosa em defesa da Amazônia e de seus povos.

A COICA, como uma organização internacional, é um espaço institucional propício para pôr em prática os princípios da PALAVRA e exercer plenamente os direitos dos povos indígenas da bacia amazônica.

Hoje, nosso desafio é voltar à Maloca, aos territórios e aos princípios como uma prioridade para fortalecer a governança dos povos indígenas. Temos que recuperar os princípios de unidade, irmandade, reciprocidade, mingas e o poder da PALAVRA.

Nossa cosmovisão é cíclica, espiral, tem um princípio e não um fim, está em constante mudança. Em tal sentido, é fundamental a renovação, oxigenação ou atualização de liderança, estatutos e estratégias nas estruturas organizativas como um ato de revolução e evolução, sem perder os princípios dos povos indígenas.

SABERES QUE NOS FORTALECEM



Programas de formação

O desenho e implementação de programas de formação gerados a partir da COICA significam um passo transcendental no fortalecimento institucional como organização regional, considerando, sobretudo, que é um espaço de conhecimentos gerados por e para os povos indígenas. No contexto atual, com o desenvolvimento das tecnologias e com as mudanças geradas pela presença da pandemia da Covid-19, esta estratégia visa potencializar a formação virtual como uma ferramenta de transformação socioeconômica, funcional a diversas temáticas requeridas pelos povos indígenas.

A partir dos conhecimentos próprios e de uma perspectiva intercultural, os esforços dos programas de formação orientam-se a consolidar uma educação intercultural que considere, nos processos de aprendizagem, o uso fundamental das línguas originárias e da cosmovisão dos povos indígenas e que, em combinação com o sistema de conhecimentos e práticas convencionais, contribua com uma visão comunitária e baseie-se em experiências práticas geradas em território com a comunidade e a mãe natureza, cuja finalidade principal seja o benefício coletivo.



Sob este contexto, com o fim de fortalecer as capacidades das juventudes e das mulheres indígenas da bacia amazônica, respectivamente, como ponto de partida, implementaram-se o programa de comunicação comunitária “Tambores da Selva” e o programa de caixas comunais “Sementes de Abundância”.

Como entidade porta-voz dos povos indígenas em espaços globais, nós quanto COICA, aspiramos a que os processos de formação gerados venham para fortalecer a participação dos povos indígenas na tomada de decisões e na gestão de políticas públicas como criadores de soluções para o desenvolvimento humano sustentável e a construção de uma sociedade mais equitativa e plena em defesa da Amazônia.



Programa de comunicação comunitária

“Tambores da Selva”

Com o objetivo de fortalecer as capacidades profissionais e o uso de ferramentas de comunicação que permitam elaborar, desenvolver, avaliar e gerir produtos e serviços comunicacionais em benefício dos povos indígenas da bacia amazônica e suas organizações, de 1º de junho a 30 de novembro de 2020, realizou-se o programa de formação virtual “Tambores da Selva” para a formação de comunicadores comunitários, com o apoio da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação – COSUDE.

Os conteúdos ministrados foram sistematizados em 6 módulos: redação de textos; fotojornalismo; vídeo participativo; desenvolvimento de campanhas temáticas; desenho, implementação e avaliação de campanhas de comunicação e jornadas de liderança. Esses módulos estiveram disponíveis em versão digital em espanhol, português e inglês, foram adaptados de acordo ao contexto amazônico e consideraram a cosmovisão dos povos indígenas.

Além disso, como parte do processo de formação, implementou-se um concurso de gêneros jornalísticos de redação, fotojornalismo e vídeo com a temática: relevância da Amazônia para enfrentar a mudança climática. Aplicando todos os conhecimentos adquiridos e conseguindo visibilizar as realidades desde seus territórios, os grandes ganhadores do primeiro lugar foram:



Categoria Fotojornalismo:

“A Amazônia chora em silêncio, impactos da mudança climática na Amazônia venezuelana”.

Miguel Ángel Rojas.

Categoria Vídeo:

Categoria Vídeo: “Influência da mudança climática nas comunidades indígenas da Guiana”.

Chris Elliman.

Categoria Artigo Jornalístico:

“Bolívia respira fumaça e asfixia a vida”

Ismael Luna Acevedo.

O concurso permitiu evidenciar as potencialidades das juventudes no uso das ferramentas tecnológicas e sua adaptação às necessidades atuais para posicionar a luta e a defesa da Amazônia no âmbito da crise climática.

Seis meses depois de um intenso trabalho e esforço, superando as condições geográficas, a pandemia e as limitações tecnológicas próprias da Amazônia, 43 estudantes (29 mulheres e 14 homens) pertencentes a diferentes povos e nacionalidades da bacia amazônica culminaram e receberam sua certificação outorgada pela FUNDER, com o aval da Pontifícia Universidade Católica do Equador – PUCE.

“A importância destes conhecimentos radica em sua aplicação efetiva em território nos processos de luta para a defesa de nossos direitos. Este é nosso primeiro passo como organização internacional para seguir gerando processos de formação em benefício das juventudes para o fortalecimento de nossas organizações base”.

José Gregorio Diaz Mirabal



A comunicação comunitária a partir de e para os territórios

Frente ao assédio da mídia ou à pouca cobertura em zonas de difícil acesso, a comunicação comunitária representa uma ferramenta de luta e implica uma estreita relação com a estrutura organizativa das bases da COICA.

Entrevistamos Chris Elliman, delegado de Associação dos Povos Ameríndios da Guiana, e María Arana, delegada da Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas – Venezuela, jovens comunicadores que formaram parte do primeiro encontro presencial de comunicação comunitária, realizado na cidade de Quito, em dezembro de 2020, como parte do programa de formação virtual “Tambores da Selva”. Atualmente, apoiam suas organizações a serviço das comunidades.

**Chris Elliman**

Povo Arekunas
Comunidade Paruima, Guiana

Chris, em sua comunidade, empreende ações com as juventudes, enfocadas na defesa e na proteção de sua cultura através da comunicação audiovisual.

Para Chris, um comunicador comunitário deve observar os fatos que acontecem dentro do território e resolver qual problema deve realmente ser comunicado, bem como participar nas atividades da comunidade em seu cotidiano.

Quais são as principais ameaças nos territórios da zona em que você trabalha?

Nossas principais ameaças são a mudança climática e a Covid-19. Durante os últimos 10 meses, encontramos sérias dificuldades, pois as chuvas destruíram os cultivos e os agricultores continuam buscando maneiras de enfrentá-las. O cultivo principal é a mandioca, mas cada vez é mais escassa devido à degradação de suas raízes pelas inundações e chuvas constantes.

A Covid-19 continua sendo uma ameaça para todos. Para os povos indígenas, as vacinas ainda estão na lista de espera e os remédios ancestrais continuam sendo nosso principal tratamento. Sem a vacina, não se pode ter acesso ao transporte público e isso restringe o direito à mobilidade.

De que maneira a comunicação tem apoiado os processos de sua organização?

Apesar de que o acesso ao sistema de comunicação é limitado dentro de meu povo, conseguimos chegar às famílias através das redes sociais. Especialmente durante o tempo em que estivemos afetados pela pandemia, recebemos doações de alimentos e máscaras para as pessoas. Comunicar esses temas de maneira positiva é de grande importância para que o público entenda o que nós, os povos indígenas, enfrentamos.

Dos módulos ministrados, qual é o que você mais conseguiu pôr em prática?

Conseguí pôr em prática o jornalismo fotográfico porque é algo que adoro fazer e tenho experiência em criar vídeos curtos que podem contar uma história.

“Comunicar de maneira positiva é uma forma de entender as ameaças contra as quais lutamos os povos indígenas”



María Arana

Povo Uwottüja
Comunidade Caño Grulla
Amazonas -Venezuela

É membro da organização de mulheres indígenas de Autana, organização base da ORPIA e comunicadora comunitária de sua organização OMIDA.

Para María, ser comunicadora comunitária significa *“adquirir muito conhecimento. Através da comunicação podem-se aprender muitas coisas, e mais ainda, adquire-se um poder mais importante ao mostrar esse conhecimento a outras pessoas”*, observa. Sua primeira incursão na comunicação foi através da escola “Tambores da Selva”. Hoje, nos comenta que aprendeu muito de fotografia e redação e que sempre aplica esses conhecimentos em seus trabalhos com a organização.

De que maneira você tem aplicado a formação recebida em “Tambores da Selva”?

Sou comunicadora da minha organização, OMIDA. Sou responsável por plasmar nosso trabalho através de fotografias, vídeos, edição e redação.

Quais são os temas em que a comunicação tem apoiado o fortalecimento organizativo?

Nos temas de empreendimento indígena, formação e liderança de mulheres e jovens e proteção do território e direitos humanos.

Você considera que a comunicação pode ser uma ferramenta para o empoderamento das mulheres?

Sim, definitivamente. É uma ferramenta muito útil, visto que permite às mulheres liderar processos, mostrar todas nossas formas de expressão e plasmar nossas iniciativas e empreendimentos através de insumos audiovisuais.

Como é o dia de uma comunicadora comunitária?

É visitar o território e trabalhar de maneira constante e coletiva, para depois definir estratégias e formas para comunicar.

Quais são os desafios atuais em comunicação, no que diz respeito à sua organização?

O desafio é conseguir estabelecer uma comunicação efetiva como alternativa para divulgar, expressar ou comunicar nossos trabalhos organizativos.



Programa de caixas comunitárias **“Sementes de Abundância”**

De 6 de janeiro a 24 de fevereiro de 2021, implementou-se o programa de formação a promotoras de caixas comunitárias “Sementes de Abundância”, que, através da implementação de CAIXAS COMUNITÁRIAS, baseadas nos princípios de economia indígena e interculturalidade, procura avançar na visão de uma economia solidária e ambientalmente sustentável, adaptada às necessidades das famílias amazônicas e especialmente a das mulheres, com o objetivo de impulsionar a reativação econômica frente ao impacto da Covid-19.

A execução de Sementes de Abundância inclui:

- A coordenação e orientação regional a delegações de mulheres de 5 países da Amazônia (Equador, Venezuela, Bolívia, Peru e Colômbia).
- Formação de promotoras através da escola virtual COICA.
- Programa de assessoria e acompanhamento gradual durante 2 anos com o aliado técnico FUNDER.
- Consecução e administração de financiamento.



Depois do processo de formação, atualmente, esta iniciativa encontra-se na etapa de acompanhamento para a implementação de 10 caixas comunais (duas por país) em comunidades estratégicas cujas realidades foram altamente afetadas pela pandemia.

Esta iniciativa liderada pela COICA empreende-se com o auspício de Land is Life; com o apoio de José Gregorio Díaz Mirabal, Coordenador Geral da COICA, e de Tabea Casique, Coordenadora de Educação, Ciência e Tecnologia e Diretora da Escola Virtual da COICA; e com o apoio das Coordenadoras de Mulher e Família das organizações nacionais de base: Fanny Kuiru, OPIAC – Colômbia; Delfina Catip, AIDSESEP – Peru; Nemo Andi, CONFENIAE – Equador; Amelia Conde, ORPIA – Venezuela e Bernice Serataya, CIDOB – Bolívia.

A perspectiva para 2022 é multiplicar as caixas comunais a mais países, estendendo sua cobertura ao Brasil, Guiana Francesa, Guiana e Suriname, através da coordenação com as organizações que integram a COICA.

Dessa forma, através da liderança das mulheres indígenas, a atual gestão da COICA procura empreender um modelo de desenvolvimento sustentável no território amazônico e oferecer alternativas adaptadas à realidade pós-pandemia.

Bernice Serataya,

promotora das caixas comunais na Bolívia

Bernice Serataya é a dirigente responsável por gênero da Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB). Mora na Chiquitanía, comunidade Aguas Calientes, Província de Santa Cruz da Serra. Conjuntamente com 19 mulheres líderes, participou do curso de formação de promotoras comunais “Sementes de Abundância”, que se encontra em sua fase de acompanhamento com a implementação de duas caixas comunais na Bolívia.

As caixas comunais são um instrumento financeiro local que responde às necessidades da comunidade que a conforma, através da geração de redes de cooperação e solidariedade entre comuneiras e comuneiros. Nasce da necessidade de financiar mulheres e famílias para a construção de empreendimentos, negócios, projetos e sistemas que permitam às pessoas adquirir novos rendimentos para melhorar sua qualidade de vida.



“Desde a espiritualidade da mãe-terra, os povos indígenas amazônicos pedimos permissão às árvores para plantá-las ou nos alimentarmos delas”.

Bernice relata que a principal dificuldade foi a distância de quase 10 horas entre Chiquitanía e Trinidad, onde se está implementando a caixa comunal “As Empreendedoras”. *“Era a primeira vez que participávamos de aulas virtuais orientadas à gestão de caixas comunais”, lembra, “mas no contexto da Covid-19, este projeto, junto com o uso de nossa medicina tradicional, ajudou-nos a distribuir recursos às comunidades”.*

“A caixa comunal é um grãozinho de vida e esperança para a comunidade”.

“Somos as protagonistas de um processo coletivo”.



Fanny Kuiru,

promotora das caixas comunais na Colômbia

Fanny Kuiru é a dirigente de mulher e família da OPIAC. Ela é do povo Uitoto: *“Nasci na casa onde meus avós tomavam ayahuasca”,* no área amazônica de La Chorrera, *“filhos do tabaco, da coca e da mandioca doce”,* nos comenta.

“Minha língua materna é o uitoto minika, aprendi um pouco de espanhol desde os 7 anos”, relata Fanny. Ela é promotora da implementação das caixas comunais na Colômbia, localizadas – como no caso da Bolívia – em duas zonas com realidades muito distintas.

São elas: a “Caixinha do Bom Viver”, no recinto povoado mais próximo ao centro urbano, região de San José de Guaviare, Resguardo de Panure, e a “Caixinha Monifue” (que significa “abundância”, em língua nativa), na área da La Chorrera; a história de ambos povos amazônicos está vinculada a exploração da borracha. As caixas foram batizadas assim pelas comunidades frente ao desafio de “fazer amanhecer a palavra”, o que constituiu o principal desafio da implementação desta iniciativa, conclui Fanny. *“Nós tomamos manicuera, que é o elemento sagrado para o poder da palavra”,* explica nossa líder. De fato, sua tese de doutorado gira em torno às relações da reciprocidade entre os elementos sagrados que recebem em seu povo homens e mulheres.



“A semente já foi plantada e está germinando”

Fanny comenta que o projeto foi muito bem recebido porque, como povos amazônicos, eles possuem uma visão de poupança e troca comunitárias.

Na Colômbia, as caixas comunais estão apoiando os empreendimentos de artesanato, o manejo de cultivos e a gastronomia tradicional das mulheres. *“Participamos de feiras gastronômicas com elas”,* finalizou.

“Nós, as mulheres dirigentes, temos que ser um exemplo, confiar em nós mesmas, arriscarmos a estabelecer e perseguir as metas coletivas”



CAIXA COMUNAI “MONIFUE” – COLÔMBIA



CAIXA COMUNAI “AS EMPREENDEDORAS” – BOLÍVIA

AMAZÔNIA EM EMERGÊNCIA





Amazônia em emergência

A Amazônia é o maior reservatório de água doce do planeta. Em seu extenso território de mais de 7 milhões de quilômetros quadrados, abriga mais de 511 povos indígenas, cada um com sua própria cosmovisão, língua, vestimenta, costumes e tradições. Contudo, apesar de possuir 10% da biodiversidade do planeta e contribuir, por suas características, com a maior quantidade de oxigênio, a Amazônia é o território mais explorado, excluído e invisibilizado, privado de direitos fundamentais.

Por mais de 500 anos, os povos indígenas da Amazônia e de toda a América Latina enfrentamos invasões e perda de nossos territórios ancestrais, discriminação étnica e socioeconômica e a ameaça constante de extermínio físico e cultural que resulta em despejos, doenças e genocídio.

Somos parte de um modelo estrutural onde o sistema ocidental e capitalista é dominante e invisibiliza todas as demais formas de vida. Minimizam-se os povos indígenas e, com isso, nossos direitos são altamente violados em todos os aspectos.

Infelizmente, nenhum governo expressou sua vontade política para mudar este modelo que termina sempre afetando aos povos indígenas. Muitas constituições contemplam vários direitos a nosso favor, mas tudo fica no papel, e isso continua acontecendo, vivemos em uma constante emergência. Ao parecer, proteger aos povos indígenas não é conveniente em todo esse discurso sobre a soberania da Amazônia.



EMERGÊNCIA SANITÁRIA

PANDEMIA DO COVID-19

Em uma realidade já complicada, no âmbito do ano 2020, a Covid-19 chegou a nossos territórios, somando-se às demais problemáticas e aumentando o risco de contágio, especialmente a nossos avôs e avós, guardiães da sabedoria ancestral.

Nenhum Estado estava preparado para uma pandemia. As limitadas medidas adotadas nos territórios indígenas atentaram contra os princípios da não discriminação e inclusão, uma vez que a formulação e aplicação de políticas de saúde não respeitaram a diversidade cultural nem alocaram orçamentos específicos para a atenção dos povos indígenas.

Neste contexto, nós, a COICA e suas organizações, alertamos que, inclusive durante as medidas de isolamento decretadas, intensificaram-se as atividades extrativistas, incrementando os problemas nos territórios indígenas: mais desmatamento, incêndios, derramamentos de petróleo, perseguição e criminalização às e aos dirigentes e defensores indígenas, entre outros. Somado aos casos de Covid-19 e outras doenças tropicais, foi colocado em evidência a vulnerabilidade das comunidades indígenas e, em maior medida, dos povos em isolamento voluntário ou em contato inicial, elevando seu índice de mortalidade.

“Devemos ser claros neste sentido, não é política de nenhum Estado amazônico priorizar a proteção e a defesa dos territórios indígenas nem a sua população”.

José Gregorio Diaz Mirabal

A COVID-19 levou nossos líderes e sábios

A pandemia chegou a nossos territórios, e nossos avós, avós, sábios e sábias, guardiões de todo o conhecimento e sabedoria ancestral, são os mais afetados; muitos perderam a batalha e nos deixaram.

Mas não somente perdemos nossos mais velhos. Infelizmente, vimos partir grandes líderes e líderes jovens. O Conselho de Governo da COICA sofreu uma perda muito dolorosa. Em 21 de agosto de 2020, depois de um mês de uma dura luta contra a Covid-19, faleceu nosso irmão Robinson López Descanse, Coordenador de Mudança Climática da COICA, líder de seu povo Inga e lutador incansável pelos direitos de nossos povos indígenas como parte da OPIAC, deixando toda a bacia amazônica consternada.



Robison López
1984-2020

Robinson era um de nossos líderes mais jovens e combativos. Durante toda sua vida lutou pela proteção dos sábios e sábias indígenas, dos Povos em Isolamento e Contato Inicial, pela defesa do território e pelos direitos dos povos indígenas.

A quase um ano de sua partida, honramos sua trajetória e seu legado de resistência e luta pela defesa da Amazônia.



Aruká Juma, o último homem do povo Juma do Brasil, morreu de COVID-19



Outra grande perda para a bacia amazônica foi a partida de Aruká Juma, último integrante masculino do povo Juma do Brasil. Aruká tinha entre 86 e 90 anos e faleceu por complicações causadas pelo novo coronavírus. Sua morte é uma tragédia, não somente pela dor de sua partida, mas porque representava a memória viva de conhecimentos e saberes ancestrais de um povo que viveu um processo de extermínio massivo por causa de atividades extrativista da época, do qual Aruká foi um sobrevivente. Suas três filhas são as últimas de seu povo que no século XVIII tinha mais de 12.000 membros.

Este é o desenlace de um genocídio no Brasil, um dos países mais afetados pela pandemia a nível mundial, perante o olhar de um governo que não respeita os direitos dos povos indígenas e sua importância para a proteção da mãe natureza, e da própria vida.



Como nós, da COICA, respondemos?

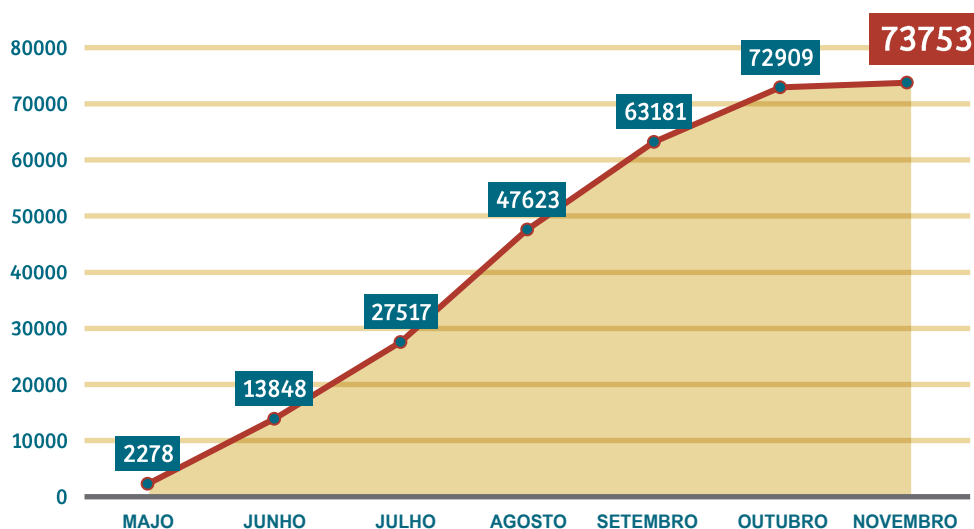
Boletim Impacto da COVID-19 em Povos Indígenas da Amazônia



Frente a esta realidade, como organização indígena internacional em coordenação com as organizações de base dos nove países, desde o mês de maio trabalhou-se no levantamento de informação para evidenciar o impacto da Covid-19 nos povos indígenas da Amazônia, relatório que foi publicado semanalmente através de um boletim em parceria com a Red Eclesial Panamazónica (REPAM).

CASOS CONFIRMADOS EM POVOS INDÍGENAS

2020

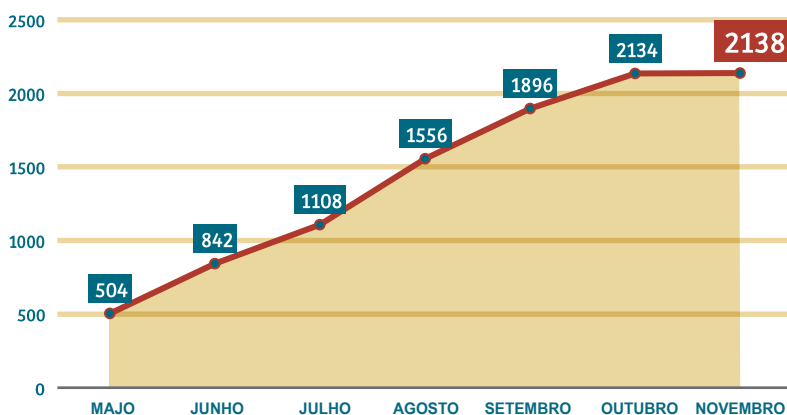


É importante enfatizar que esses dados somente nos aproximaram da realidade. O registro dos casos de infecção na Amazônia é particularmente complicado devido a vários fatores, incluindo as limitações de insumos tecnológicos e logísticos e uma geografia altamente dispersa que impede registrar os casos com precisão devido à localização remota das comunidades. Além disso, os povos que vivem em contato inicial e isolamento voluntário não podem ser contabilizados, evidenciando que as estatísticas são muito superiores aos dados publicados.

Em 2020, no período de maio a setembro, o Brasil foi o país com maior número de casos de Covid-19 em povos indígenas, seguido pelo Peru e pela Bolívia. Em toda a bacia amazônica, há um total de 238 povos indígenas impactados, com 73.753 pessoas contagiadas e 2.138 falecidas.

PESSOAS FALECIDAS EM POVOS INDÍGENAS

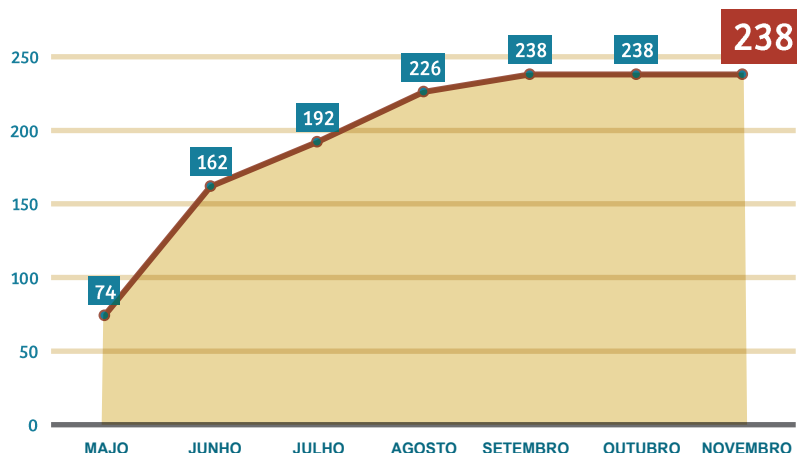
2020



Em 2021, o incessante avanço da segunda onda da COVID-19 continua afetando de maneira dramática os povos indígenas frente à inação cúmplice dos governos e amostras inequívocas de racismo e discriminação institucionalizadas, provocando a morte de milhares de irmãos e irmãs. A tudo isso se somou uma distribuição desigual das vacinas contra a COVID-19, evidenciando uma crise moral pela atitude egoísta de alguns países ricos e companhias para com os países mais pobres do mundo, incluindo os da bacia amazônica.

POVOS INDÍGENAS AFETADOS

2020





Fundo de Emergência para a Amazônia

Ante a inação dos governos amazônicos para atender as necessidades dos povos originários, e com a expansão da COVID-19 e a falta de resposta aos vários pedidos de ajuda, desde a COICA, no mês de maio, sob a liderança do Coordenador Geral e com o apoio de organizações aliadas, criou-se o Fundo de Emergência para a Amazônia, com o objetivo de arrecadar e canalizar recursos para às comunidades e suas organizações indígenas de base que enfrentam a emergência da pandemia em toda a bacia amazônica.

Esta campanha para arrecadar fundos faz um chamado aos governos do mundo, agências de cooperação, organismos internacionais, fundações e cidadãos a doar e demonstrar solidariedade durante esta emergência a favor dos povos indígenas e florestais, os guardiães da selva amazônica.

100% das doações individuais se canalizam diretamente aos povos e comunidades indígenas da Amazônia.

Os recursos arrecadados graças à gestão conjunta com nossos aliados e a contribuição de muitas pessoas a nível global, especialmente do Governo da França, com o aporte de dois milhões de euros, foram dirigidos através das subvenções de resposta rápida, apoiando com os seguintes recursos e serviços:

- Proteção e segurança para os guardiães florestais.
- Prevenção e cuidado urgente da COVID-19
- Comunicações de emergência e evacuação.
- Alimentos e subministros médicos.
- Soberania alimentar e resiliência comunitária.



O Fundo de Emergência é a maior e a mais diversa colaboração que trabalha para apoiar os povos da Amazônia depois da emergência da COVID-19, para entregar ajuda de maneira estratégica e rápida, prevenir as devastadoras consequências da pandemia e apoiar seu papel fundamental na gestão dos ecossistemas amazônicos, o que por sua vez tem profundas implicações para o mundo.


Entregou-se ajuda a aproximadamente 54.350 pessoas através da implementação da primeira e segunda ronda de subvenções.

As decisões sobre subvenções e governança do Fundo de Emergência são realizadas pelo Grupo de Governança, que inclui líderes da COICA e representantes de organizações da sociedade civil e conta com o patrocínio fiscal da Rainforest Foundation US.

2,350.133 de dólares em fundos desembolsados a comunidades da Amazônia até abril de 2021.

Como povos indígenas, na consolidação dessa importante iniciativa, somos protagonistas e trabalhamos desde e para os povos, garantindo assim que os benefícios cheguem de maneira direta, oportuna e com pertinência cultural ao território e que nossas comunidades indígenas sintam o apoio global nos tempos mais difíceis.





O uso da medicina ancestral foi chave para a subsistência dos povos indígenas em tempos de pandemia.

Comunidades indígenas em ação

As organizações nacionais indígenas da bacia amazônica, em coordenação com suas comunidades de base, desde a governança indígena e direitos territoriais¹, no exercício de seu direito de autodeterminação, tomaram medidas para enfrentar esta pandemia, empreendendo ações para a atenção básica e sanitária, comunicação e prevenção, procurando salvaguardar a saúde e a vida frente ao COVID-19.

Através de protocolos adequados às dinâmicas territoriais, que incluíram: limitação e/ou controle de ingresso e saída de suas comunidades; massificação do uso da medicina ancestral, tanto para a prevenção como para o tratamento da Covid-19; e consolidação de grupos de trabalho liderados por juventudes e mulheres, que se organizaram e, até o momento, continuam apoiando com campanhas de prevenção em línguas originárias e inclusive com a dotação de medicina ancestral para os afetados pelo novo coronavírus, o impacto da pandemia foi mitigado, evidenciando que o autogoverno é uma alternativa sustentável para proteger o território e a vida dos povos indígenas.

¹ Artigos 26, 27 e 29 da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos Povos Indígenas. Na bacia amazônica, os territórios indígenas alcançam 218.271.400 hectares de territórios com titularidade e 23.787.700 hectares com posse da terra, representando 28,3% da bacia amazônica. RAISG e COICA, 2017.

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Declaração de emergência



Ante a crescente devastação dos ecossistemas da Amazônia, que intensificou –se com a presença da pandemia e que atenta contra a sobrevivência de nossos povos, ameaçando com a extinção das espécies e com a contaminação da água e da selva, nós, quanto COICA e suas organizações de base dos nove países amazônicos, em dezembro de 2020, declaramos EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA.

Entre 2001 e 2019, 13% da Amazônia, superfície de 1,1 milhão de quilômetros quadrados equivalente a todo o território da Bolívia, foi devastada pelo avanço do fogo. (RAISG, 2020)

Nós, os povos indígenas, convivemos permanentemente com a contaminação ambiental direta pela exploração indiscriminada de nossos territórios, com o limitado acesso aos serviços públicos de saúde e de educação, com a violência e com a discriminação.

A declaração de emergência é o grito da selva, é o chamado dos povos indígenas aos governos e às instâncias internacionais para que, de acordo com suas funções e competências, enfrentem a emergência climática, uma vez que, e apesar das medidas de confinamento adotadas pelo novo coronavírus, as concentrações de gases de efeito estufa da atmosfera se encontram em níveis alarmantes, a temperatura continua aumentando, e a água e os ecossistemas estão cada vez mais ameaçados. Isso evidencia que o Acordo de Paris, depois de cinco anos, não atingiu seu objetivo e que os líderes mundiais não fizeram os esforços necessários para mitigar o aquecimento global e mudar o atual modelo de desenvolvimento que está devorando o planeta e devastando a Amazônia.

As grandes empresas e os governos ofereceram desenvolvimento econômico em troca da extração de recursos, mas somente sobraram as sequelas de afetação à selva, aos rios, aos animais e um abandono total nos territórios.

Além disso, frente à omissão deliberada do papel dos territórios indígenas na proteção e restauração dos ecossistemas vitais para a sociedade global e sua luta contra a mudança climática e a ineficácia da aplicação dos fundos climáticos em territórios, as organizações indígenas da Amazônia resolveram implementar o FUNDO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA PARA A AMAZÔNIA, com o objetivo de destinar financiamento direto às iniciativas de energias renováveis, economia indígena, educação intercultural, desenvolvimento de medicina tradicional, restauração, soberania e segurança alimentar para a vida plena nos territórios dos povos indígenas.

Para superar a emergência climática, nós, os povos indígenas, demandamos:

- Responsabilidade e ação urgente ante a crise climática por parte dos líderes mundiais, onde o discurso seja sustentado por ações.
- Reconhecimento dos direitos fundamentais dos Povos Indígenas e demarcação de 100% dos territórios indígenas.
- Reviver o verdadeiro espírito do Acordo de Paris e, neste âmbito, deter os acordos comerciais extrativistas e que as instituições financeiras internacionais deixem de capitalizar projetos lesivos para a Amazônia.
- Reconhecimento e financiamento de soluções climáticas conjuntas entre Estados e Povos Indígenas, baseadas em nossos conhecimentos e saberes ancestrais.
- Reconhecimento, apoio e financiamento por parte dos Governos às Contribuições Determinadas Nacionais (NDC) vinculadas aos territórios dos povos indígenas.
- Definição por parte dos Governos de espaços de diálogo com a COICA, para impulsionar a organização de plataformas climáticas dos povos indígenas na aplicação do do artigo 13, ponto 5 do Acordo de Paris.
- Trabalho conjunto entre governos, organizações da sociedade civil, empresas responsáveis, a COICA e suas organizações de base.
- Implementação de iniciativas e compromissos que garantam o acesso dos Povos Indígenas à energia e a transporte alternativos, eficientes e limpos.
- Inclusão da COICA e suas organizações de base como protagonistas nas metas e no desenho de projetos de restauração de ecossistemas para 2030, como definido pela ONU.
- Reformulação das metas climáticas e ambientais globais e proteção de pelo menos 80% da Amazônia para 2025, com a participação dos povos indígenas.

A Amazônia está em um ponto sem volta e é vital entender sua importância e a dos Povos Indígenas que nela habitamos para a sobrevivência do planeta.



Antonio Donato Nobre é autor do livro “O Futuro Climático da Amazônia”, no qual argumenta que “a floresta amazônica não somente mantém o ar úmido para si mesma, mas exporta rios aéreos de vapor que transportam a água necessária para as abundantes chuvas que irrigam regiões distantes no verão”. Esta teoria dos “rios voadores” e do papel transcendental da Amazônia na regulação climática converteu-o no cientista, pesquisador e ativista mais reconhecido por sua paixão pela proteção do Amazonas.

O pesquisador é aposentado do Instituto Nacional de Investigações Espaciais e trabalhou durante mais de 30 anos na Amazônia com diversos temas relacionados com as ciências da natureza e a sustentabilidade. Preocupa-se muito pela universalização do acesso ao conhecimento científico com ética, que considera ser um direito fundamental da condição humana.

Antonio Nobre tem um grande desejo de unir forças com outros filósofos, sábios indígenas, promotores, pensadores, comunicadores, juristas, artistas, sonhadores e outras almas boas na construção de uma sinfonia de colaboração para a nova era que começa.

Amazônia, em um ponto sem retorno.

Entrevista com Antonio Nobre

Conhecendo sua substancial contribuição e seu respeito pela sabedoria dos povos indígenas, entrevistamos Nobre, que ressalta que as mudanças no clima global e a falta de compromisso dos governos estão levando a Amazônia a um ponto sem volta, para um caminho irreversível.

Qual é a importância da Amazônia para o mundo?

O Amazonas tem uma importância fundamental para o mundo. Além de sua magnífica riqueza de biodiversidade e culturas, funciona como um órgão vital do sistema de regulação do clima planetário. Ainda mais importante do que o sequestro significativo de carbono, as árvores são essenciais para o ciclo da água continental, visto que promovem o esfriamento local, regional e global através de sua transpiração, além de bombear os ventos úmidos do oceano para o continente. A magnífica floresta funciona como um grande coração e pulmão de Gaia, pulsando, filtrando dióxido de carbono, emitindo oxigênio, regulando a temperatura, alimentando a terra com os ventos que trazem preciosa água doce e ajudando a exportar o excesso de calor dos trópicos aos polos, esfriando a Terra.



Na bacia do Amazonas há mais de 511 povos indígenas, cada um com sua própria visão do mundo. Qual é a relação dos povos indígenas com a proteção da Amazônia?

A relação de centenas de povos indígenas com a proteção da Amazônia é completa e, apesar da destruição imposta pelo desconhecimento dos invasores, continua sendo vital. Estudos publicados recentemente mostram claramente que as áreas indígenas tituladas contêm dois terços menos de desmatamento e degradação do que as áreas sem a proteção dos povos ancestrais. As culturas indígenas têm convivido de maneira benéfica com a floresta durante milênios e não padecem da relação de animosidade com as árvores que afeta a cultura dos invasores.

Em seu relatório "O futuro climático da Amazônia", argumenta-se que a Amazônia encontra-se em um ponto sem volta. Sete anos depois de sua publicação, qual é seu diagnóstico atual?

A parte oriental da Amazônia, a mais afetada pelo desmatamento, já mostra sinais avançados de mudança climática, demonstrado pelo desencadeamento do processo de savanização, vulnerabilidade ao fogo e uma posterior degradação. Se em 2014, quando publiquei o relatório Amazon Climate Future, a situação já era muito grave, agora não existem adjetivos negativos suficientes para qualificá-la. É como acelerar o lançamento de foguetes que já estavam em queda para o abismo.

Hoje, vemos no governo federal do Brasil que se estão tomando ações sistemáticas e insidiosas para acelerar a destruição da selva e, com isso, os rios voadores e todos os outros serviços que a Amazônia oferece ao clima.

Desde a COICA, como organização indígena internacional, lutamos pela defesa dos direitos dos povos indígenas e pela autonomia territorial. Qual é a importância dessas ações para combater a crise climática?

A luta dos povos indígenas por seus direitos e autonomia territorial é também a luta pela sobrevivência das culturas ancestrais desses povos. E a cultura ancestral ensina que as florestas pertencem à grande Mãe-Terra, são sagradas, devemos cuidar delas, não destruir. Apesar do alto desenvolvimento tecnológico que muitas culturas indígenas da América do Sul alcançaram no passado, souberam preservar as florestas e a vida. Com essa história, tais culturas podem ensinar a sociedade circundante como e por que respeitar a floresta.

O que podem fazer os habitantes do mundo para proteger a Amazônia?

Todos os habitantes da Terra podem tomar consciência e despertar seus corações à maravilha e à importância vital de preservar o grande coração de Gaia, o Amazonas. Para fazê-lo, devem reconhecer que os povos indígenas não devem ser tratados como guardas florestais, como também o foram. Porém, isso vai muito além, devem ser venerados e protegidos por serem os portadores de um conhecimento ancestral inestimável para o resgate da humanidade em perigo.



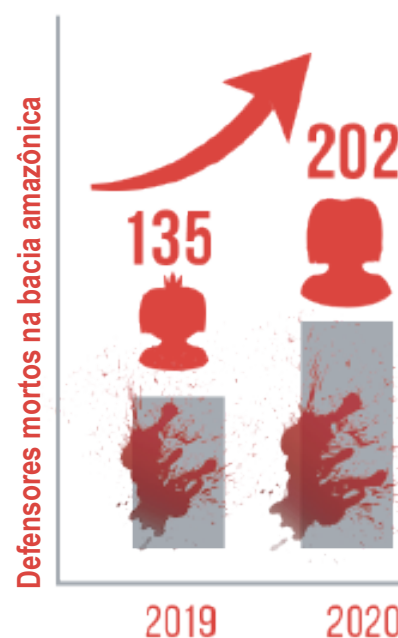
EMERGÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS

Sangue na Selva



Para os povos indígenas, o território é o espaço integral onde convivem todos os seres em harmonia. É o espaço onde se conjuga o espiritual e o físico, o indivíduo e a comunidade, o passado e o presente, a natureza e o ser humano como parte dela, para alcançar o equilíbrio, o bem viver para a vida plena. Por isso o defendemos, e fazê-lo se converteu em processo de vida e morte, algo que ameaça com a sobrevivência daqueles que habitam e protegem a bacia mais biodiversa do mundo ².

Os assassinatos contra líderes que trabalhavam na defesa do território, do ambiente e dos direitos dos povos indígenas incrementaram-se alarmantemente através dos anos. Em 2020, registraram-se 263 assassinatos contra defensoras e defensores de direitos humanos na América Latina, dos quais 202 aconteceram em países da bacia amazônica (Colômbia, Brasil, Peru e Bolívia), representando 77% dos casos³. A cifra de assassinatos de 2020 é 67% maior do que a registrada em 2019, ainda no contexto da pandemia.



A tendência não parece se deter, visto que somente no primeiro trimestre de 2021 registraram-se, pelo menos, 19 assassinatos de irmãs e irmãos indígenas. (Colômbia e Peru)

“Estão nos matando e exigimos ações urgentes.”
Jiribati Ashaninka, Presidente da Organização
Regional Aidesep Ucayali (ORAU) – Peru.

² FAO, 2021. Um lar na Amazônia: proteger juntos a biodiversidade e os meios de vida. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/at-home-in-the-amazon/es/>

³ Front Line Defenders, 2020. Front Line Defenders Global Analysis 2020. Disponível em: https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/flid_global_analysis_2020.pdf

“Exigimos a nossos governos e às instâncias internacionais que tomem ações para proteger nossos defensores e nossas comunidades porque devem fazê-lo, caso contrário se convertem em cúmplices de um etnocídio”. José Gregório Díaz Mirabal

Detrás dos assassinatos de defensoras e defensores indígenas de direitos humanos e da mãe natureza, existem problemas estruturais vinculados diretamente com o avanço das atividades extrativas que respondem a interesses das corporações com acordos estatais que impulsionam extração de hidrocarbonetos e mineração indiscriminada, desmatamento agressivo, narcotráfico, militarização e a presença de um conflito armado que foi silenciado diplomaticamente.

A falta de titulação dos territórios indígenas representa uma das maiores ameaças, visto que a maioria de assassinatos aconteceu pelo trabalho de defesa do território e por suas ações a favor da titulação do mesmo.

**Na bacia amazônica
a cada 2 dias
um defensor dos
direitos humanos
é assassinado**

No mês de abril de 2021, através da Declaração de Emergência de Direitos Humanos das Defensoras e Defensores Indígenas da Amazônia, os povos indígenas dos nove países amazônicos exigimos aos Estados:

- Adotarem uma política efetiva de proteção dos direitos humanos das defensoras e defensores indígenas da Amazônia.
- Realizar ações urgentes de investigação, em coordenação com os diferentes níveis de governo e as autoridades indígenas respectivas, das atividades extrativistas ilegais relatadas em territórios indígenas para sua efetiva erradicação.
- Garantir a titulação dos territórios dos povos indígenas, incluindo delimitação, demarcação e saneamento, com a devida participação das organizações indígenas representativas.
- Respeitar os processos de autonomia e autogoverno territorial dos povos indígenas da bacia amazônica como uma alternativa que fortaleça nossa governança como povos indígenas.
- Ratificar e priorizar a implementação do Acordo de Escazú⁴.

Revise o pronunciamento completo:
<https://coicamazonia.org/repositorio/direitoshumanos/>

⁴ CEPAL, 2018. Acordo Regional sobre o acesso à informação, participação pública e acesso à Justiça em Assuntos Ambientais em América Latina y o Caribe. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43595/1/S1800429_es.pdf



Programa de Defesa de Defensores e Defensoras

O Programa de Defesa de Defensores e Defensoras (PDDD) é uma iniciativa regional que reafirma as lutas em defesa de nossos direitos como defensores e defensoras indígenas da bacia amazônica. Nasceu no âmbito da IV Cumbre Amazônica da COICA executada no ano 2018, onde se identificou como uma das principais problemáticas a morte de líderes indígenas dos países da bacia amazônica por causa da violência e dos conflitos vinculados à defesa dos direitos humanos e do território. Em 2020, consolidou-se o trabalho do Programa com a articulação de pontos focais nos países amazônicos.

Criou-se a Defesa de Defensores com o objetivo de monitorar, difundir e denunciar casos de violação de direitos de nossos defensores e defensoras indígenas amazônicos que se encontram sob situação de ameaça, violência, criminalização e perseguição, em um cenário de violação de seus direitos e seus territórios.

Busca-se, também, a incidência política e comunicacional no âmbito nacional e internacional, assim como a assessoria jurídica e a promoção dos direitos.



O PDDD considera três componentes transversais:

- a) Fortalecimento de capacidades: Atividades de formação e desenvolvimento de materiais de ensino.
- b) Articulação interinstitucional: Estabelecimento de alianças com entidades e organismos do setor público, sociedade civil e cooperação internacional cuja missão e estratégias institucionais se alinhem com os objetivos do programa.
- c) Sustentabilidade: Em busca de uma sustentabilidade financeira para a continuidade das ações do programa.



Como viemos trabalhando?

Com a direção de Michael John McGarrell, Coordenador de Políticas e Direitos Coletivos da COICA, e com o apoio de Direito, Ambiente e Recursos Naturais (DAR), nosso principal aliado no âmbito do Programa, executaram-se as seguintes atividades:

- Encontros de pontos focais para o fortalecimento da gestão do PDDD.
- Mingas de conhecimento para fortalecer as capacidades de gestão de informação e conhecimentos em direitos, assim como fortalecimento de lideranças e porta-vozes em espaços de incidência.
- Participação em espaços de incidência a nível nacional e internacional.
- Geração de informação para o relato de casos.
- Acompanhamento técnico e de incidência política e/ou comunicacional de casos priorizados, entre outras atividades.



Acordo de Escazú

como oportunidade para
incorporar a visão e participação
de defensores(as) indígenas

O Acordo de Escazú é o primeiro tratado regional em matéria ambiental da América Latina e do Caribe e o primeiro no mundo que contém disposições vinculantes para a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos.

Este Acordo garante quatro direitos importantes: direito de acesso à informação ambiental (artigos 5 e 6), direito à participação em processo de tomada de decisões ambientais (artigo 7), direito ao acesso à justiça (artigo 8) e direito a defender os direitos humanos em assuntos ambientais (artigo 9).

Esses elementos encontram-se em vigor desde 22 de abril de 2021, o qual implica que os Estados participantes (aqueles que ratificaram) devem preparar sua implementação. A nível da Bacia Amazônica, somente três dos nove países o ratificaram: Bolívia, Equador e Guiana, ou seja, nesses países já se deve estar planejando sua implementação e adequação interna.

Nesse âmbito, desde a COICA, através de seu Programa de Defesa de Defensores e Defensoras Indígenas (PDDD), pôs-se em relevo a importância da incorporação da visão indígena na implementação de disposições do Acordo. Nesse sentido, propõe-se uma concepção própria de “entorno seguro e propício” para defensores(as) indígenas: sendo as comunidades e seus territórios o único sistema e espaço seguro para os povos indígenas da bacia amazônica.

As ações para garantir esse entorno devem estar focadas em delimitar, demarcar e titular o território de propriedade dos povos indígenas.





Dita titulação deve implicar o saneamento dos territórios indígenas, com efetividade prática, ou seja, é preciso considerar uma possibilidade real para que os povos indígenas possam defender seus direitos e exercer o controle efetivo de seu território sem interferência externa.

Consequentemente, os governos devem assegurar que não exista interferência através de ações de investigação e erradicação de maneira urgente das atividades ilegais por terceiros em territórios indígenas, sempre com a coordenação e consentimento das autoridades indígenas das comunidades afetadas.

Além dessa oportunidade de incorporar a visão indígena em sua implementação, o dito Acordo representa uma oportunidade para uma participação efetiva dos povos indígenas no processo de negociação da primeira Conferência das Partes (COP). Atualmente, os espaços para a sociedade civil no âmbito dos tratados vigentes são limitados para os povos indígenas, e é por isso que a COP 1 de Escazú representa uma oportunidade para o desenho coletivo e para pôr em marcha lições aprendidas nas COP previas.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como secretaria técnica do Acordo, manteve um processo participativo nas etapas de pré-negociação e negociação de dito Acordo, que foi inovador pela modalidade de participação direta do público através do “Mecanismo Público Regional”, o qual projeta um cenário igualmente participativo para sua primeira COP.

Nessa primeira COP está previsto abordar os seguintes temas:

- Regras de procedimento, incluindo as modalidades para uma participação significativa do público.
- Regras de composição e funcionamento do Comitê de Apoio à Aplicação e ao Cumprimento.
- Órgãos subsidiários necessários para a aplicação do Acordo.
- Disposições financeiras necessárias para o funcionamento e para a implementação do Acordo.

Nesse cenário, é indispensável que a CEPAL e os governos participantes do Acordo incluam representantes indígenas no processo de negociações da COP para Escazú, assim como no comitê de apoio referido.

Por: Jackeline Borjas
Direito, Ambiente e Recursos Naturais (DAR)

⁵ CIDH. Caso do Povo indígena Xucurú e seus membros Vs. Brazil. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentencia del 5 de febrero de 2018. Serie C No. 346.

PORTA-VOZ INTERNACIONAL





O GRITO DA FLORESTA

Uma plataforma de comunicação própria, originada a partir de e voltada para os povos indígenas

Entendendo que os esforços da COICA estão dirigidos à promoção, à proteção e à segurança dos territórios dos povos indígenas amazônicos, no âmbito da pandemia e em uma realidade onde as vozes dos povos indígenas não são ouvidas a nível global, desde uma visão comunicacional considerou-se imprescindível a geração de um espaço de comunicação próprio que permita o debate, o diálogo e a análise sobre as realidades que historicamente afetam a Amazônia.

Assim nasceu “O grito da floresta”, um espaço virtual dos povos da bacia amazônica através do qual alçou-se a voz de socorro, indignação e protesto ante a violação sistemática dos territórios, o abandono do Estado e a perda de irmãs e irmãos indígenas por causa do novo coronavírus. Esse espaço permitiu compartilhar informação e dados oficiais, gerados a partir do próprio território e pelas bases da COICA de acordo com sua estrutura organizativa, permitindo comunicar uma visão real desde os próprios povos e consolidando, desse modo, a comunicação como um mecanismo de luta e resistência para os povos indígenas.

Em julho de 2020, gerou-se o primeiro evento “O Grito da Floresta”, prévio à Assembleia Mundial pela Amazônia que, através de encontros virtuais, respondeu às seguintes questões: Por que os povos indígenas da Amazônia são altamente vulneráveis à Covid-19? e O que nós, os povos indígenas da Amazônia, propomos para uma vida mais sustentável em tempos da pós-pandemia? Quando a pandemia açoitava nossos territórios, a voz de nossos líderes escutou-se a nível global.

Desde então, geraram-se sete eventos internacionais virtuais com a participação de líderes indígenas da bacia amazônica, organizações aliadas, cientistas, artistas, ativistas, porta-vozes e figuras globais que fortalecem nosso acionar e a mensagem em favor da proteção da maior floresta tropical do mundo e da defesa dos direitos dos povos indígenas.

“O Grito da Floresta” é um espaço de posicionamento da voz dos povos indígenas da bacia amazônica através de chamados à ação, ao diálogo e ao debate virtual”.

Assembleia Mundial pela Amazônia

Ante a iminente destruição da Amazônia e seus povos, frente à pandemia e outras ameaças, desde a COICA, o Fórum Social Panamazônico (FOSPA) e a Rede Eclesial Panamazônia - REPAM, com o impulso de 540 agrupações amazônicas e o respaldo inicial de mais de 3.098 cidadãos e cidadãs, em 18 e 19 de julho de 2020, nos auto convocamos e convidamos a primeira Assembleia Mundial pela Amazônia.

A Assembleia Mundial pela Amazônia é uma minga, uma coalizão de organizações de diferentes países da Amazônia e do mundo, que nos unimos para potenciar nossas ações e impactos na defesa dos direitos humanos, dos povos indígenas e da natureza, através de um processo em espiral de ciclos de assembleias/ações que busca somar vontades, acordar objetivos e articular iniciativas de mobilização em torno de propostas que surjam do debate e do consenso.

Atualmente, nós, as organizações seguimos ativas e mobilizadas pela Amazônia, na busca de caminhos de futuro em torno a três eixos: a Covid-19 e seu impacto nas populações indígenas e nas populações amazônicas, o boicote aos produtos, às empresas, ao extrativismo e aos acordos comerciais e, finalmente, um grupo de mobilização para determinar o plano de ação.





Plano de Vida para Salvar a Amazônia

Uma das conquistas e avanços mais representativos através da coalizão Assembleia Mundial pela Amazônia é a execução de “O Grito da Floresta/Vozes da Amazônia”⁶, que se realizou no mês de fevereiro de 2021, onde se analisaram as propostas para enfrentar a pandemia do COVID-19, o extrativismo, a mudança climática, o patriarcado, os feminicídios e os sistemas políticos que sequestram a democracia.

Ao final do evento virtual, nós, os povos amazônicos e as organizações sociais de mulheres, do meio ambiente, culturais, religiosas, de defesa dos direitos humanos e da natureza lançamos um **Plano de Vida para frear a escalada de pandemias que empurram a Amazônia e o mundo ao colapso**⁷, que incluem cinco eixos de ação imediata:

- Solidariedade e ação urgente para enfrentar a Emergência Sanitária pelo COVID-19 na Amazônia.
- Frear o ponto sem volta da Amazônia.
- Justiça climática e ambiental.
- Autogoverno dos territórios e governança inclusiva.
- Mobilização do planeta para salvar a Amazônia.

Convidamos você a se unir à nossa luta. Recuperemos nossas raízes com nossa Mãe-Terra e escutemos o chamado da selva.

Em longo prazo, “O Grito da Floresta” procura se consolidar como o espaço de comunicação próprio da COICA, dos povos indígenas da Amazônia, para comunicar nossas realidades, para levantar nossa voz e para que nosso chamado para salvar a Amazônia seja escutado a nível mundial.

⁶ Os vídeos completos do evento virtual “O grito da selva/Vozes da Amazônia” podem ser consultados nos seguintes links:
26 de fevereiro: <https://www.facebook.com/acaoeducativa/videos/1163000544160219>
27 de fevereiro: <https://www.facebook.com/acaoeducativa/videos/269414581222868>

⁷ Revise o plano completo:
<https://coicamazonia.org/repositorio/planodevida/>



20ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre as Questões Indígenas

participação dos líderes indígenas da bacia amazônica

Como COICA, um de nossos principais objetivos é posicionar e visibilizar a voz oficial dos povos indígenas da bacia amazônica com o fim de que nossas demandas próprias e diferenciadas relativas ao desenvolvimento econômico e social, à cultura, ao ambiente, à educação, à saúde e aos direitos humanos sejam consideradas na construção de políticas e mecanismos construídos nos diferentes níveis de tomada de decisões, tanto no governo quanto no âmbito internacional.

Com a visão de contribuir ao desenvolvimento de políticas e a tomada de decisões que afetam os povos indígenas, de 19 a 30 de abril de 2021, devido à emergência sanitária, realizou-se de maneira virtual, a 20ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre as Questões Indígenas da ONU, cujo tema especial foi: “Paz, justiça e instituições sólidas: o papel dos povos indígenas na implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16”.

Nossa participação garante que as decisões sobre nós, os povos indígenas, não sejam tomadas sem nós.

Estabelecido em 28 de julho de 2000, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre as Questões Indígenas (UNPFII) é um órgão assessor de alto nível do Conselho Econômico e Social com o objetivo de abordar as questões indígenas relacionadas com o desenvolvimento econômico e social, cultura, meio ambiente, educação, saúde e direitos humanos. O Fórum Permanente é um dos três órgãos da ONU que têm a finalidade de abordar especificamente os problemas dos povos indígenas. Os outros dois são o Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Exercendo seu papel de porta-voz para a proteção dos direitos dos povos indígenas da bacia amazônica, participaram na 20ª Sessão do Fórum Permanente como delegados oficiais da COICA:

- **José Gregorio Díaz Mirabal, Coordenador Geral.**

Tema: Situação atual dos defensores e das defensoras indígenas de direitos humanos na Amazônia.

Mesa: “Paz, justiça e instituições sólidas: o papel dos povos indígenas na aplicação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável”.

Terça-feira, 20 de abril.

- **Tuntia Katan, Vice-coordenador.**

Tema: Contribuição dos povos indígenas na mitigação das pandemias e da mudança climática.

Mesa: Futuros trabalhos do Fórum Permanente, incluídas as questões examinadas pelo Conselho Econômico e Social e as questões emergentes, os desafios relacionados com as pandemias e as respostas às mesmas.

Quarta-feira, 21 de abril.

- **Adolfo Chávez, Coordenador de Relações Internacionais.**

Tema: Presença dos investimentos chineses e sua relação com a afetação dos territórios indígenas da bacia amazônica.

Mesa: Debate sobre os seis âmbitos do mandato do Fórum Permanente (desenvolvimento econômico e social, cultura, meio ambiente, educação, saúde e direitos humanos), com referência à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Quinta-feira, 29 de abril.



Em sua intervenção, o Coordenador Geral da COICA disse que, para alcançar o ODS 16, é necessária a proteção efetiva dos povos indígenas. Explicou a grave situação de violação de direitos que nós, os povos indígenas da Amazônia, enfrentamos pela defesa de nossos territórios e de nossa vida, da biodiversidade e da maior selva tropical do planeta, sem a garantia do direito fundamental à vida. *“Ao perder-se a vida dos maiores protetores e defensores da selva, coloca-se em risco a Amazônia e, com ela, a estabilidade climática do planeta inteiro”*, concluiu.

Tuntiak Katan



Durante sua participação, Tuntiak Katan comentou sobre a importância de garantir os direitos territoriais dos povos indígenas como guardiões das florestas em um contexto onde 50% dos territórios indígenas não se encontram titulados e, portanto, seus direitos não estão garantidos pelos Estados. Sobre esse tema, enfatizou: *“Somente com a garantia dos direitos territoriais aos povos indígenas vamos combater a mudança climática, esta pandemia e futuras pandemias”*.

Adolfo Chávez



Finalmente, Adolfo Chávez enfatizou o relatório enviado pela COICA para o Exame Periódico Universal - EPU 2018 ⁸, com base no qual a China se comprometeu a promover medidas que garantam que os projetos de desenvolvimento e infraestrutura, dentro e fora dos territórios indígenas, sejam compatíveis com os direitos humanos e com o ambiente. E por isso, solicitou-se a conformação de um diálogo tripartido entre as instituições públicas da China, os países da região e as organizações indígenas.

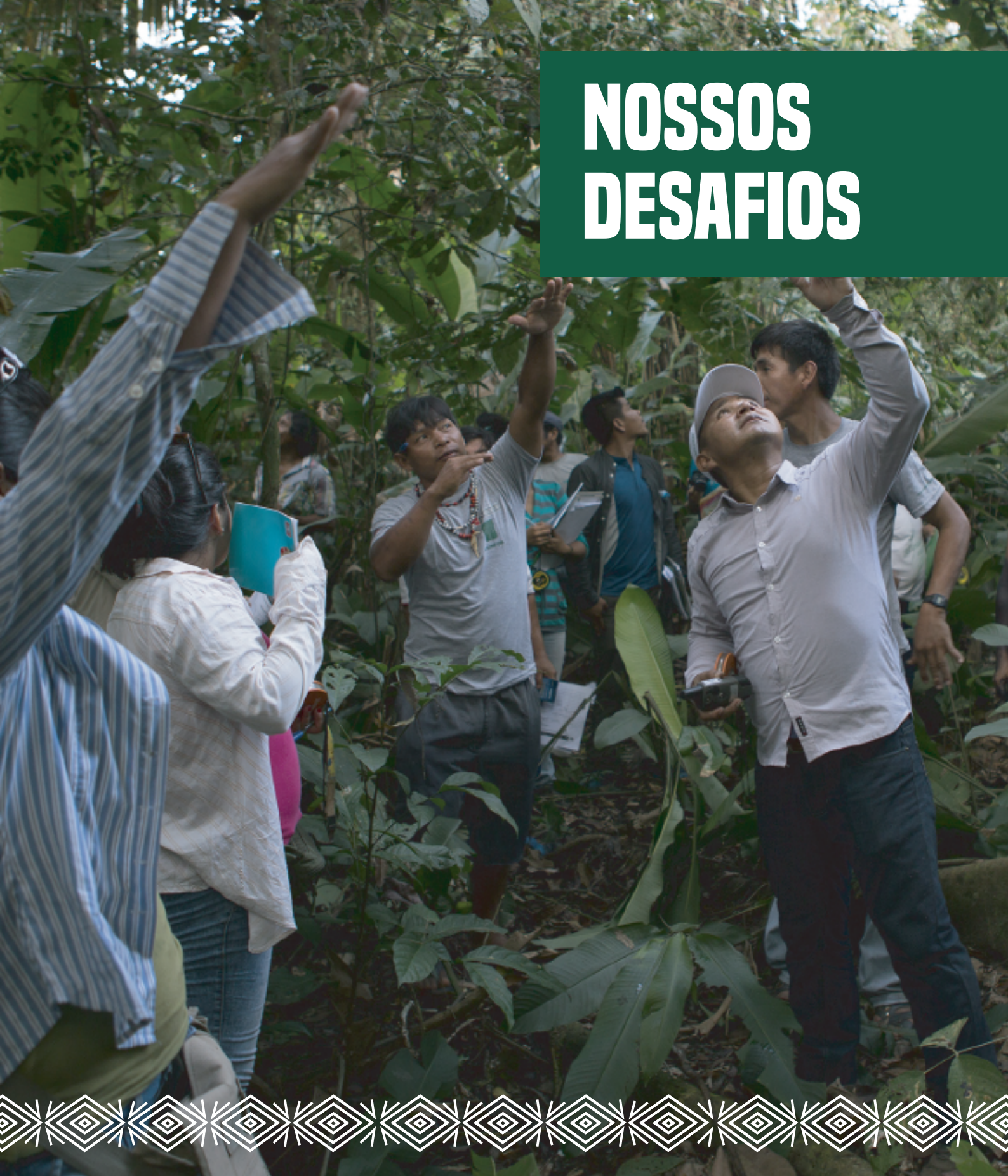
⁸ O Exame Periódico Universal (EPU) é um mecanismo do Conselho de Direitos Humanos, cujo objetivo é melhorar a situação de direitos humanos no terreno em cada um dos 193 países membros da ONU.

Como resultado, ao final de todas as sessões, o Fórum Permanente contemplou, dentre suas várias recomendações, os aportes e requerimentos estabelecidos por nossos líderes. À continuação, descrevem-se três dos mais importantes para os povos indígenas da bacia amazônica:

- “O Fórum Permanente recomenda que a Organização dos Estados Americanos estabeleça um mecanismo de consulta, integrado por especialistas dos povos indígenas, como parte do esforço para garantir a aplicação nacional da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o Convênio sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 (núm. 169).”
- “Ante o aumento da violência contra os povos indígenas na região amazônica, o Fórum Permanente insta os Estados Membros da região a que adotem medidas urgentes, extraordinárias e coordenadas para proteger os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas com o fim de manter sua propriedade e o uso de seus territórios. O Fórum também faz um chamado ao sistema das Nações Unidas e aos organismos especializados, incluídos o ACNUDH, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e a OIT para que apoiem os Estados Membros na proteção dos habitats e das culturas dos povos indígenas na região amazônica, em cooperação com os povos indígenas”.
- “O Fórum Permanente celebra a entrada em vigor do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) em 22 de abril de 2021 e insta os países que ainda não assinaram e ratificaram o Acordo a que o façam o mais brevemente possível. O Fórum Permanente insta os países que ratificaram o Acordo de Escazú a assegurarem sua implementação”.

Agora, somente nos resta esperar que os Estados e organismos respectivos adotem as recomendações estabelecidas e, do papel, passe-se à prática.

NOSSOS DESAFIOS



Sistema de Alertas Precoces e Respostas Rápidas da COICA



Sistema de Alertas Precoces e Respostas Rápidas da COICA (SATRR COICA) é o sistema georreferenciado e de protocolos para o tratamento de alertas em tempo real de mudanças em diversas variáveis que permitem identificar riscos de afetação, assim como oportunidades de desenvolvimento econômico indígena dentro da bacia amazônica. Esse sistema, sob o enfoque de autodeterminação e autogoverno, procura gerar resposta rápida nas diferentes dimensões da governança indígena e autoridades competentes.

O objetivo é que, através da informação que se levanta desde nossa estrutura organizativa com as bases territoriais, o SATRR se consolide como uma ferramenta poderosa para que nossa organização tenha uma incidência mais eficaz e efetiva em nível regional frente às demandas de nossos povos e nacionalidades perante as ameaças e oportunidades que se apresentam nos territórios dos povos indígenas da bacia amazônica.

Um pouco de história e conquistas

A necessidade de obter dados em tempo real e um adequado sistema de registros das ameaças nos territórios é histórica para os povos indígenas, mas a vontade e decisão de consolidar esse programa surgiu no X Congresso, realizado em Macapá - Brasil.

Nossa base AIDSESEP - Peru é a organização que mais avançou nesse âmbito através de seu próprio sistema, o SAAT-RR (Sistema de Alertas e Ação Precoce - Respostas Rápidas). Registraram-se incêndios florestais, tráfico de fauna silvestre, alertas sanitários e, atualmente, trabalha-se no levantamento de dados sobre o estado dos defensores e defensoras indígenas.

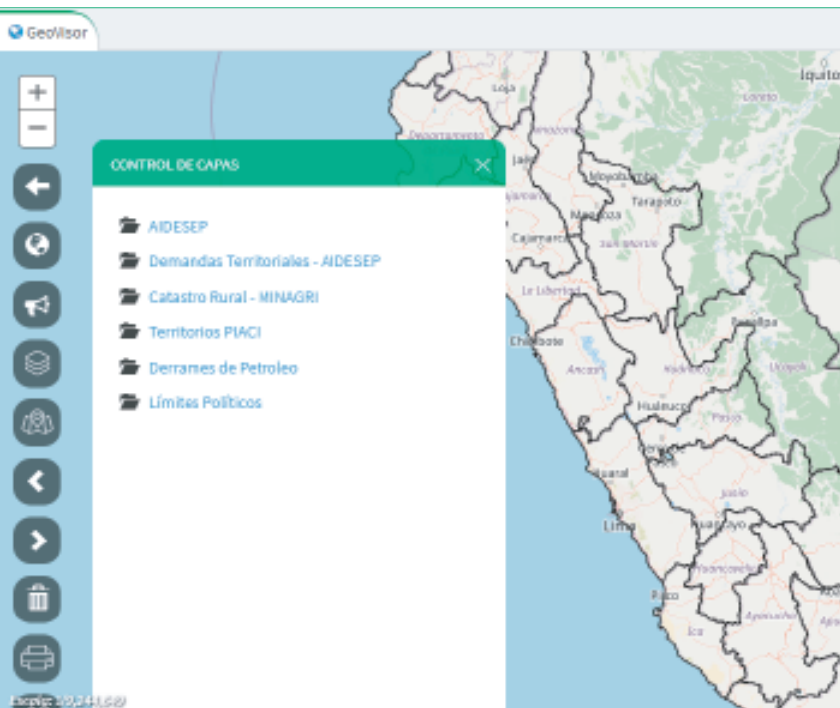
Por outro lado, a CONFENIAE - Equador está em processo de desenvolvimento do Sistema, enquanto a COIAB - Brasil e a OPIAC - Colômbia estão dando os primeiros passos para a consolidação desta estratégia tão importante, com o fim de proteger e garantir seus direitos fundamentais e os territórios dos povos e nacionalidades indígenas da bacia amazônica.

Sob a liderança de Elcio da Silva Manchineri, Coordenador de Territórios e Recursos Naturais da COICA, até o momento se consolidou o geovisor do SATRR - COICA, através de alianças estratégicas com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Rainforest Foundation - RFUS y Amazônia 2.0, que permitiram o uso de ferramentas técnicas e metodológicas que contribuem para a operação eficiente de nosso geoportal.



Nossos desafios:

Essa iniciativa conta com o apoio de nossos aliados WWF-AIRR Amazônia, Direitos e Recursos da USAID, OXFAM e HIVOS, que contribuíram fortemente para o desenvolvimento do VISOR de SAT, para os módulos do Sistema e para a conceptualização dos pilotos no Brasil, na Colômbia e no Equador.



O Sistema de Alertas Precoces e Respostas Rápidas da COICA (SATRR COICA) constitui a coluna vertebral da organização ao fortalecer a gestão territorial e a defesa dos direitos fundamentais dos povos indígenas, permitindo consolidar a proteção de nossas próprias formas e meios de vida e o cumprimento das metas globais da humanidade na luta contra a mudança climática.

Dessa forma, nosso principal desafio é a busca de novos recursos e aliados que possam contribuir para o desenvolvimento desse fundamental programa para continuar com os seguintes passos: a construção de módulos para alojar dados, a padronização de variáveis e tecnologia a nível regional, a capacitação dos técnicos das organizações nacionais no uso da plataforma e a ampliação da iniciativa ao resto de países que conformam a Amazônia.



“Nossas Futuras Florestas - Amazônia Verde”

Uma iniciativa para a conservação da Amazônia

A Amazônia, a maior floresta tropical do mundo e um dos maiores sumidouros de carbono, está em risco constante pelas ameaças vinculadas ao modelo extrativista, que não só atenta contra sua biodiversidade, mas também contra a vida dos povos que nela habitam.

A abordagem dessas realidades envolve aspectos locais e globais ligados à ação dos governos e também às transformações do cenário internacional. As respostas não podem ser unilaterais, mas devem corresponder a ações conjuntas e coordenadas com organizações e povos da região e, a partir de considerações reais do contexto e das diferentes cosmovisões e necessidades do território, devem-se construir alternativas sustentáveis de solução.

Nesse contexto, sabendo que os povos indígenas e as comunidades locais possuem legalmente ao menos um quarto da Amazônia e que seu aporte para a proteção das florestas é transcendental para a mitigação da mudança climática, nasce “Nossas Futuras Florestas - Amazônia Verde”, uma iniciativa da Conservação Internacional (CI) com fundos do Governo da França e o apoio, como sócio regional da COICA, para conservar até 12% da Amazônia, ou seja, aproximadamente 73 milhões de hectares (180 milhões de acres) até 2025.

O projeto contribui aos objetivos da Aliança para a Conservação das Florestas Tropicais, uma coalizão aberta liderada pela França para promover a proteção, a restauração e a gestão sustentável das florestas tropicais em todo o mundo.

Componentes de ação

“Nossas Futuras Florestas – Amazônia Verde” atualmente coordena e apoia iniciativas em 26 povos indígenas e comunidades locais do Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Guiana e Suriname, proporcionando as ferramentas, a formação e o financiamento necessários para gerir suas terras e apoiar a conservação geral da Amazônia através de quatro áreas-chave:

COMPONENTE 1 Proteger e melhorar a gestão das terras dos povos indígenas e das comunidades locais: Trabalhar de maneira conjunta para aumentar a quantidade de terras sob proteção e apoiar o melhoramento da gestão de terras indígenas existentes e das zonas de amortização, utilizando uma combinação de conhecimentos tradicionais e novas tecnologias.

COMPONENTE 2 Melhorar a formação de líderes e as oportunidades de desenvolvimento profissional: Mediante programas destinados a melhorar as habilidades de negociação, financeiras, administrativas e de comunicação. O projeto apoia aos novos líderes, proporcionando formação estratégica para mulheres e jovens.

COMPONENTE 3 Identificação de cadeias de valor sustentáveis e mecanismos financeiros: Aumentar as possibilidades de acesso a financiamento de estratégias de subsistência e ideias de negócio em apoio ao desenvolvimento sustentável e de bens que não contribuam para o desmatamento na Amazônia.

COMPONENTE 4 Melhorar a defesa da Amazônia: Compartilhar as lições aprendidas em toda a bacia amazônica para contribuir para a compreensão dos conceitos sobre mudança climática, esforços de mitigação e adaptação e negociações e acordos de conservação em andamento, além de garantir a participação de líderes indígenas e locais em eventos internacionais de conservação.

Atualmente, como parte da primeira fase, estamos trabalhando na sistematização de boas práticas e lições aprendidas sobre a conservação de florestas da região amazônica, no Programa de Fomento de Líderes Indígenas, no Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Jovens Líderes Indígenas, no fortalecimento institucional da COICA e na incidência de espaços internacionais para a COP 26.

O principal desafio do trabalho coordenado entre a COICA e a CI é que, através de “Nossas Futuras Florestas – Amazônia Verde”, consiga-se consolidar a defesa e proteção das florestas com a participação ativa e protagonista dos povos indígenas e comunidades locais como os legítimos donos e defensores dos territórios.

Para mais informação, visite www.conservation.org/ourfutureforests

Língua materna: em face do Decênio das Línguas Indígenas (2022-2032)



*“Se uma língua morre,
morre um povo”*

Desde a pluridiversidade de línguas, espiritualidade, territórios e formas de vida, nós, os povos indígenas da bacia amazônica, existimos desde tempos imemoriais.

As sociedades multilíngues e multiculturais existem através de suas línguas maternas e coexistem de maneira sustentável. Trata-se também da proteção de um conhecimento intransferível, sempre em risco de desaparecimento.

Estabelecido desde 1999 pela UNESCO, a cada 21 de fevereiro celebra-se o Dia Internacional da Língua Materna. Além disso, 2019 foi declarado pelo organismo como o Ano Internacional das Línguas Indígenas. Contudo, os dados atuais indicam que ao menos 40% das 700 línguas utilizadas em todo o mundo estão em perigo de desaparecer. Assim, os especialistas concordam que as línguas indígenas são especialmente vulneráveis porque muitas delas não se ensinam na escola e não se utilizam na esfera pública (UNESCO, 2021).

Contudo, as causas pelas quais as línguas indígenas estão desaparecendo não são simplesmente devido a contextos sociolinguísticos. As razões estão ligadas, também, aos processos de exclusão social, conflitos políticos, falta de reconhecimento legal e eficiente dos direitos dos povos indígenas.

Nesse contexto, depois das sequelas da pandemia da COVID-19, que se somou a várias problemáticas que ameaçam com a extinção dos povos indígenas, tal tema se constitui em um fator chave para reafirmar os compromissos na educação com pertinência cultural, mas sobretudo na defesa dos direitos, com o fim de deter a acelerada perda das línguas indígenas.

“Se uma língua morre, morre um povo”, afirma nosso líder José Gregorio Díaz Mirabal, Coordenador Geral da COICA, que insiste em assinalar a necessidade de empreender ações conjuntas para salvaguardar as línguas maternas, sobretudo no âmbito da inclusão educativa e da sociedade, convertendo-nos em atores-chave para o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade. “As línguas indígenas são o único código que garante a transmissão dos conhecimentos e saberes ancestrais e permite nossa relação direta com os animais, rios, selva e mãe natureza”, enfatiza.

Considerando que, a nível da América Latina, os países da bacia amazônica são os que registram o maior número de línguas indígenas, relacionado com presença de mais de 500 povos, empreender ações para a conservação dos territórios da Amazônia está diretamente vinculado com as estratégias para salvaguardar as línguas maternas.

De acordo com a UNESCO, o empoderamento dos falantes das línguas indígenas é o principal ponto do plano de ação estratégico para o Decênio das Línguas Indígenas (2022-2032). Esse plano é a “Declaração dos Pinos”, aprovada em 28 de fevereiro na cidade de México. Sob o lema “Nada sem nós”, a Declaração situa os povos indígenas no centro de suas recomendações (UNESCO, 2021).



Não obstante, embora seja chave que desde os próprios povos ou organizações indígenas continuemos com ações para salvaguardar nossas línguas, é imprescindível que os Estados e todas as organizações competentes trabalhem de maneira integral na proteção dos direitos dos povos indígenas e de seus territórios, reconhecidos em vários instrumentos internacionais, e que a construção das políticas e planos de ação considerem nossa efetiva participação em todos os espaços, conforme as realidades de cada povo. Nada sem nós, tudo conosco.

Proteger as línguas indígenas é proteger a vida no planeta.



Agradecemos o esforço e o apoio constante de nossas organizações aliadas que contribuíram significativamente para a defesa e proteção dos direitos dos povos indígenas, fortalecendo o trabalho por uma Amazônia Viva para uma Humanidade Segura.

- AVAAZ
- COSUDE
- CONSERVACION INTERNACIONAL
- ECOCIENCIA
- NORAD
- FAO
- FILAC
- FORD
- Re:wild
- HIVOS
- IAMA
- LAND IS LIFE
- OAK FOUNDATION
- OXFAM IBIS
- NIA TERO
- RRI
- RAIN FOREST FOUNDATION US
- STAND EARTH
- WWF
- USAID
- AMAZON WATCH
- DAR
- RAISG
- EQUITABLE ORIGIN
- EDF
- CLIMATE ALLIANCE



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS DA BACIA AMAZÔNICA

Amazônia viva, humanidade segura

Com o apoio do:



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

